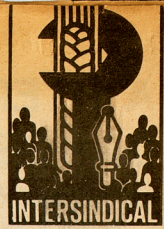


avante

Sexta-feira, 7 de Março de 1975

UNIDADE NA ACÇÃO
A FORÇA
DOS TRABALHADORES



INFLAÇÃO: UMA ARMA AO SERVIÇO DO CAPITAL

CGTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
51376
Nº
1



OS TRABALHADORES E O DESPORTO

9

A TERÇA REUNIÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS EUROPEIAS COMUNICAÇÃO DO SECRETARIADO

ORGANIZADA pelo grupo de trabalhadores da administração do B.I.T. (Bureau International de Trabalho), realizou-se em Genebra (Suíça) de 28 de Fevereiro a 1 de Março, a 1.ª Reunião das Centrais Sindicais Europeias. Estiveram presentes à Inter-sindical portuguesa e mais 39 centrais sindicais de 27 países europeus. A presidência da Comissão Organizadora era constituída pelos dirigentes sindicais G. Muhr, da R.F. Alemã, P. Pimenov, da URSS, C.T.H. Plant, da Grã-Bretanha, o Sr. de Noutogea J.A. Aguirre, do Compaçar em com observadores representantes da C.J.S.I., C.M.T., F.S.M. e C.E.S.

A Inter-sindical foi representada por Álvaro Rana e Antero Mariães que apresentaram a comunicação que passamos a transcrever na íntegra:

Senhor presidente, Queridos camaradas, E com satisfação que a Inter-sindical portuguesa se encontra presente nesta Conferência das Centrais Sindicais Europeias, cuja importância no quadro do movimento sindical europeu não é demais salientar.

Saudámos fraternalmente todas as organizações sindicais aqui presentes e, camaradas, permiti que nos dirigimos particularmente aos companheiros espanhóis das C.C.OO. da U.G.T., da S.T.V. e da U.S.O., sujeitos ainda a uma dolorosa ditadura fascista, regime de terror de que, apesar de tudo, nos libertámos, mas cuja memória a raposa permanecerá gravada na consciência do Povo Português.

Daquei saudámos também os trabalhadores de todo o mundo, os explorados de todos os continentes e as suas legítimas organizações de classe. Muito especialmente envolvemos em caloroso abraço militante aqueles sobre quem se exerce a poderosa mas brutal ditadura dos Estados Unidos, os queridos irmãos chilenos, os militantes e dirigentes da C.U.T., cujo vice-presidente Eduardo Rojas, se encontra neste preciso momento em Portugal, participando em jornada de luta contra o imperialismo americano e interracional.

Os povos irmãos das antigas colónias portuguesas com as quais é a favor dos quais a descolonização se processou, reafirmamos toda a nossa solidariedade.

Enquanto legítima representante dos trabalhadores portugueses, a Inter-sindical, não poderia deixar de participar nos importantes trabalhos aqui se desenvolvem.

Pela primeira vez presentes numa conferência sindical de centrais europeias, lamentamos profundamente que a nossa participação se veja prejudicada pelo atraso especializado, pelo reconhecimento do convite, facto que, nos impediu, como bem comprederão, de a preparar com a atenção merecida.

Proibidos durante quase meio século de debater livremente problemas de relevante interesse, os trabalhadores portugueses não abdicaram então nem abdicarão já mais de dar o seu contributo às discussões que, aos mais diversos níveis se processaram. Durante anos e anos puzos nos escutávamos; agora, nós libertáramos em declarações de amizade e de cooperação. Alguns, contudo, parecem desconhecer a vontade dos trabalhadores portugueses, insinuando-se nos seus problemas, com aberta violação de princípios internacionalmente aceites.

A posição da inter-sindical portuguesa é clara: respeita a independência do movimento sindical de cada país, quer contribuir para a coesão do movimento sindical mundial e defende o franco diálogo, lutando pela unidade face à exploração. E, assim, age exclusivamente em defesa das classes trabalhadoras.

Não privilegia nenhuma das Confederações Sindicais Mundiais, quer manter com todas elas relações de cordialidade, solidariedade e fraternidade, e permanece aberta a mútuas trocas de impressões sobre o movimento sindical português e internacional. Não permitirá contudo ingerências, dará combate às tentativas de divisão que pretendam lançar no nosso seio e denunciará quem contra os seus princípios agir.

Tais são os princípios emergentes da deliberação do plenário da Inter-sindical, que inequivocamente afirmou o seu propósito de não se filiar em qualquer das Confederações Sindicais mundiais. Comunicada oportunamente a todas elas, reafirmamos nesta conferência que queremos ver respeitada a nossa vontade.

Creemos que a agenda de trabalhos em análise interessa profundamente aos portugueses, os trabalhadores de todos os países de todo o mundo e, consequentemente, as suas organizações de classe. Identicamente, cremos que lhes interessará a análise de fenómenos como o imperialismo e o poder tentaculo multinacional, a desmontagem dos mecanismos do subdesenvolvimento e da erupção ou persistência de forças fascistas no mundo contemporâneo.

Se falamos deste modo, é porque suportamos ainda em Portugal a cruel herança do regime deposedo em 25 de Abril. Portugal, onde o subdesenvolvimento choca com o poder das multinacionais, onde a independência nacional luta com o imperialismo, onde a democracia nascente contende com as tentativas reacionárias de regresso ao passado.

Vivemos momento ímpar na nossa Pátria: a firmeza, honestidade e originalidade do processo de descolonização são disso prova; ilustra-o também a forma como decorre o processo de democratização e desenvolvimento. A unidade das forças democráticas a unidade do movimento libertador das forças Armadas, a unidade das classes trabalhadoras, a reciproca unidade popular e militar empenhada na edificação de uma sociedade democrática constituem tantas outras necessidades históricas que seria grave não preservar. Corolário lógico desta situação é, ao nível da organização sindical portuguesa, a sua feição unitária e independente do Governo, dos partidos políticos, do patronato e das igrejas.

À todas as organizações sindicais mundiais e nacionais dáqui apelamos para que promovam, com profundo reconhecimento correcto dos povos de todo o mundo sobre a jovem Democracia portuguesa que forças retrógradas, com eco em certos meios de informação mundiais, se apostam em denegrir.

Os trabalhadores portugueses estão empenhados na construção da Democracia, empenhados em barrar o caminho ao fascismo. Todos os primeiros passos são difíceis. Éramos pasto da ganância internacional: sobre a exploração da nossa mão-

de-obra e dos nossos recursos assentava a obtenção de lucros fabulosos por poderosos grupos económicos monopolistas e latifundiários aliados ao imperialismo internacional. Não se converteram em mansos cordeiros os lobos de ontem, muito embora os mais subitaneamente venham por novos figurinos, o seu poderio económico continuará a comprar bastante, nomeadamente certa imprensa internacional. Entre as suas armas, compreendem e sobotagem económica a tentativa de criar os seus arsenais, sobre as organizações dos trabalhadores assentam o seu arsenal.

Nada poderão, no entanto, se adiante de si continuarem a encontrar a sólida muralha da união dos trabalhadores portugueses, da sua estrutura sindical.

Ao nosso lado, estamos certos, estão os trabalhadores de todo o mundo e, consequentemente, todas as organizações sindicais que efectivamente os representam. Conosco se empenharão na informação imparcial, no combate ao alarmismo e a salvaguardar a nossa unidade e independência.

A Inter-sindical recebeu já de algumas Centrais Sindicais provas concretas de solidariedade e de apoio ao movimento sindical. Acantamos e acitaremos essa fraternal solidariedade internacional nos termos que assinalamos.

A tradição do movimento sindical português ilustra a sua feição unitária na luta contra o fascismo, contra a exploração.

Em 1970, como expressão organizativa e unitária das massas trabalhadoras surgiu a Inter-sindical. Numa população activa de mais de três milhões e quinhentos mil trabalhadores através dos sindicatos que nela livremente se filiaram.

O seu reforço e implantação afirma-se cada vez mais. A linha de unidade e de cooperação assumida devidamente a expressão democrática no seio da Inter-sindical. A gestão democrática de todas as organizações sindicais é disso a garantia mais segura.

Dentro deste espírito, batemo-nos pela consagração na lei da proibição de que forças estranhas aos trabalhadores nos viessem dividir, ao mesmo tempo que nos batíamos pela expressão democrática de todas as organizações sindicais é disso a garantia mais segura.

A temática desta conferência, as comunicações e conclusões podem, neste momento, por não encardadas com realidade. Não estão criadas algumas condições para tentar levar à prática, mediante a acção sindical, o que daqui resultar.

Tal como já foi referido no início da nossa intervenção, a data tardia em que fomos informados da participação nesta conferência não nos permitiu a elaboração de um trabalho de acordo com a importância que este assunto se reveste. Contudo não poderíamos deixar de a abordar, dada a manifesta relevância de um assunto como o da saúde dos trabalhadores, sobretudo no caso português.

As condições de higiene e segurança no trabalho legados pelo Governo fascista, nomeadamente na indústria e na agricultura, são lamentáveis. As condições impostas eram de tal ordem que a saúde, integridade física e a vida dos trabalhadores, corriam um risco permanente.

Esta situação terá de ser compreendida no contexto do regime opressor, em que os investidores quer nacionais, quer estrangeiros, contando antecipadamente com a total complicidade do mesmo Governo actuaram impunemente de acordo com os seus exclusivos interesses, sem ter em conta os mais elementares direitos dos trabalhadores e os requisitos mínimos de higiene e segurança no trabalho.

Era assim que se verificava:

— A contaminação do ar ambiente por produtos tóxicos em concentrações excessivas, determinando uma apreciável taxa de morbidade e mortalidade, não surpreendendo também que se registasse um elevado número de doenças profissionais das quais se salientam a silicose e o saturnismo.

— Emprego indiscriminado de pesticidas que vitimaram por ignorância dos seus riscos muitos trabalhadores rurais.

— Ruídos ensurdecedores, designadamente na indústria metalmeccânica e na têxtil, onde grande número de trabalhadores sofre de uma surdez avançada.

A má qualidade de iluminação e os violentos ritmos de trabalho impostos às trabalhadoras da indústria electrónica, originaram perturbações visuais irreversíveis em especial, nas que produziam matizes para computadores.

O calor excessivo, como por exemplo na indústria vidreira onde se utiliza a técnica de fabrico por insuflação do vidro.

A deficiente e mesmo em muitos casos inexistentes protecção de máquinas, e de equipamento, que determinou uma taxa elevada de acidentes, muitos deles mortais.

Estes riscos eram consideravelmente avolumados, na indústria, pelo afluxo de um grande número de trabalhadores indelicenciados, oriundos dos meios rurais e das antigas colónias, para suprir a carência de mão-de-obra, provocada pela emigração excessivamente tardia para os quais não estavam devidamente preparados, ignorando os riscos a que estavam expostos e, não conhecendo os cuidados a tomar para se protegerem.

Agravou ainda esta situação, a deficiente assistência médica prestada às classes trabalhadoras.

Se algumas empresas industriais e comerciais existissem serviços de medicina do trabalho, o que em caso algum existia na agricultura, na esmagadora maioria dos casos, tais serviços pela inexistência de estruturas locais, não funcionavam, limitando-se à prática uma política que defendia exclusivamente o patronato.

Tal como os serviços de medicina do trabalho, as comissões de segurança, criadas em algumas empresas, ou não funcionam,

ou intervinham de forma a não pôr em causa os interesses dos empresários.

Pesada é a tarefa que agora terá de ser empreendida de forma a criarem-se o mais rapidamente possível, condições de trabalho, que não só, não prejudicando a saúde dos trabalhadores mas, que sejam também as mais adequadas à fisiologia e psicologia humanas.

Para alcançarmos estes objectivos, estão já em curso algumas medidas que se consideram prioritárias e que foi possível pôr de imediato em prática:

— Eleger comissões de trabalhadores, que tomem posição para que sejam aplicadas as melhores condições de higiene e segurança.

— Criar mecanismos de fiscalização dos locais de trabalho que assegurem a melhoria das condições de higiene e segurança.

— Participação dos trabalhadores na elaboração de normas e regulamentos e na gestão dos organismos que para o efeito se venham a criar.

— Assegurar assistência médica a todos os trabalhadores e procurar integrar a medicina do trabalho no Serviço Nacional de Saúde.

— Como forma de garantir que efectivamente se prosiga na construção de melhores condições de trabalho, entende a Inter-sindical dever defender a promulgação das seguintes medidas:

— Proibir o emprego de produtos, técnicos e processos novos, sem prévio conhecimento do seu grau de perigosidade.

— Obrigatoriedade de nas embalagens de todos os produtos, vir indicadas a sua composição química e as medidas de precaução a tomar na sua utilização.

— Rever os critérios de fixação das concentrações limites admissíveis para os tóxicos industriais.

— Fixar as condições de utilização e as formas correctas de aplicar os pesticidas.

— Proibir a importação e a venda de máquinas que não estejam devidamente equipadas, com os meios mais adequados de protecção, contra acidentes.

— Fixar um limite máximo para o ruído produzido, pelas máquinas importadas ou vendidas.

— Estabelecer normas de carácter obrigatório para todo o material de protecção individual.

— Promover junto dos trabalhadores amplas campanhas de esclarecimento quanto aos cuidados a ter nas operações e processos nocivos à saúde e na utilização racional de todo o equipamento.

Fazendo Portugal parte do número de países em vias de desenvolvimento, necessita para concretizar muitas das medidas apontadas da cooperação internacional.

Advoqa a Inter-sindical como medidas urgentes a tomar neste sentido: Elaboração de acordos multilaterais que fixem as formas mais adequadas de protecção da maquinaria e da etiquetagem dos produtos químicos.

A troca de experiências, através da realização de seminários e conferências por ramos de actividade, indústrias ou sectores.

A criação de um centro de recolha de toda a informação referente à higiene e segurança no trabalho que deveria ser colocada à disposição de todas as organizações de classe.

A Conferência das Centrais Sindicais Europeias, sobre a melhoria das condições de trabalho e Protecção à saúde permite este encontro tão positivo.

É importante que, periodicamente, a este nível, a nível de outros continentes, a nível intercontinental e mundial, a nível de sindicatos representativos dos mesmos sectores de federação e de todas as organizações afins, estes contactos se multipliquem.

A utilidade das trocas multilaterais de experiências, a necessidade de actuação concertada e de decisão em torno dos problemas concretos que afectam as populações trabalhadoras apontam decididamente neste sentido.

Seber encontrar as formas adequadas para a sua consecução, a tarefa de que não nos podemos demitir sob pena de traírcor os interesses de que somos mandatários.

abranca

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME _____
 PROFISSÃO _____
 MORADA _____
 LOCAL DE COBRANÇA _____

MODALIDADE 1 ANO/6 MESES (a)
 (a) ... riscar o que não interessa

S
L

QUANDO

ores esta-
 bem orga-
 qualquer
 do capítu-
 cer... os
 no Bom, o-
 la de Sant-
 elementos
 representa-
 catos d-
 agrícolas
 cou a List-
 sentar... os
 aprovação
 do Trabal-
 problemas
 debatem a-
 operários
 bre a sua
 exploração
 gem... oc-
 grandes se-
 debatem a-
 operários
 bre a sua
 exploração
 gem... oc-
 grandes se-
 debatem a-
 operários
 bre a sua
 exploração
 gem... oc-
 grandes se-

Os operá-
 ria foram a
 tegida — a-
 afirada Vicente
 Abril vian-
 se organiza-
 quanto antes
 dos os traba-
 podiam defen-
 tos.

A Inter-sin-
 ganições P-
 Jerónimo Bo-
 loso apoia
 dos novos si-
 tarem, por ex-
 manas, tinha
 o 25 de Abril

ESTAVA A
 BOMBO

HOMEN
 UN BOG

A terra para quem a trabalha!

SINDICATOS AGRÍCOLAS LUTAM PELA REFORMA AGRÁRIA

QUANDO os trabalhadores estão unidos e bem organizados, não há qualquer possibilidade de o capitalismo os vencer — disse-nos Jerónimo Bom, operário agrícola de Santarém, um dos elementos da comissão representativa de sindicatos de operários agrícolas que se deslocou a Lisboa para apresentar os estatutos à aprovação do Ministério do Trabalho. Sobre os problemas com que se debatem actualmente os operários agrícolas, sobre a sua luta contra a exploração e a sabotagem económica dos grandes latifundiários, sobre os seus sindicatos nascentes, falaram ao nosso jornal alguns dos membros dessa comissão. Além de Jerónimo Bom (por Santarém), estiveram presentes os camaradas Valério António (por Setúbal), Manuel António Vicente (por Évora) e António Serrano (por Portalegre).

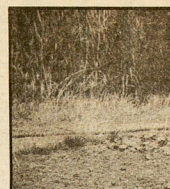
Os operários agrícolas sempre foram a classe menos protegida — afirmou-nos o camarada Vicente. Com o 25 de Abril viram a necessidade de se organizarem em sindicatos quanto antes, pois só organizações os trabalhadores agrícolas podiam defender os seus direitos.

A Inter-sindical e algumas organizações políticas — referiu Jerónimo Bom — deram um valioso apoio para a formação dos novos sindicatos. Em Santarém, por exemplo, poucas semanas tinham passado sobre o 25 de Abril e já mais de mil

trabalhadores agrícolas discutiam e criavam as bases da futura organização sindical. Nesse momento, nos distritos de Santarém, Setúbal, Portalegre e Évora, os sindicatos de operários agrícolas já estão organizados, implantados a nível de comissões concelhias e comissões de freguesia, têm direcções eletivas, etc. A nossa vinda a Lisboa, para entregar os estatutos no Ministério do Trabalho, tem em vista passar de uma situação de facto a uma situação legal.

Um dos camaradas presentes precisou: A legalização vai-nos permitir uma actuação ainda mais eficiente junto dos latifundiários, que agora alegam que os sindicatos não são legais e por isso não poderiam actuar, importa denunciar as manobras reaccionárias que visam enfraquecer a unidade dos trabalhadores e as suas organizações sindicais. No concelho da Chamusca, por exemplo, a A. L. A. (organização reaccionária que agrupa os grandes latifundiários) pretendia que o presidente da Câmara lhe atribuísse a ela a distribuição de trabalho aos operários agrícolas, tentando assim minhar o prestígio do sindicato. Junto à fêria, a A. L. A. fazia entregar aos trabalhadores uma carta onde dizia defender os trabalhadores, dar-lhes trabalho, ao mesmo tempo que acusava o sindicato das dificuldades com que eles se debatiam. O mesmo se passou em Elvas e noutras regiões.

Nas suas manobras divisionistas continuou — a A. L. A. tem tentado pôr a Liga dos Pequenos Agricultores contra o sindicato e contra os operários agrícolas. Mas os pequenos agricultores são quase todos trabalhadores como nós. Eles trabalham ao nosso lado e a maior parte dos seus problemas são idênticos aos nossos. Por isso, têm sido infrutíferos os esforços da A. L. A. para rebocar a Liga e pô-la contra o processo revolucionário. Pelo contrário: cada vez existe



maior colaboração entre o Sindicato e a Liga contra o inimigo comum — os exploradores capitalistas e latifundiários.

A OFENSIVA DA REACÇÃO

Os nossos camaradas representantes das direcções sindicais dos operários agrícolas quiseram chamar a atenção ainda para mais alguns aspectos reveladores da ofensiva da reacção, no sector da agricultura. A reacção lanca os trabalhadores no desemprego, deixa as terras por cultivar, procura convencer o povo de que as coisas estão cada vez pior desde o 25 de Abril — afirmou-nos o representante de Portalegre. A agricultura está mal explorada — prosseguiu, sempre avelas em alqueves de trigo e pastagens também em terras de trigo, e até em terras de regadio, onde seria muito mais rentável para a economia planificada se se refere ao gado. Os proprietários não querem ordenhar as ovelhas, para as deixarem secar. Assim faltarão o queijo e o leite de ovelha. Depois há os despedimentos, continuou. Na Glória, concelho de Salvaterra, deixaram de dar trabalho a cerca de 350 trabalhadores. Estes operários agrícolas trabalhavam em Vila Franca, Cadaval e noutras localidades. Vinham de 15 em 15 dias a casa. A partir de certa altura os patrões decidiram não os mandar buscar de auto-

carros, como era costume. Isto há este semanas sem trabalho, na pior das misérias. Isto é uma manobra para criar descontentamento entre a população. Já fizemos um relatório para o Ministério do Trabalho sobre esta situação. Na Azerve, despediram 23 mulheres. Elas mantiveram-se 4 semanas a trabalhar sem salário. Ao fim desse tempo, todos os trabalhadores se solidarizaram com elas, recusando-se a receber o salário e concentrando-se junto à administração para lhe dirigir um ultimato: os pagavam a todos (incluindo os salários atrasados) ou ninguém saía dali.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS

Os trabalhadores agrícolas têm sabido tomar nas suas mãos a resolução dos problemas mais imediatos, sem esperar a espera de decisões governamentais. Nós dizemos não aos despedimentos. Os nossos sindicatos agrícolas dizem aos trabalhadores que não abandonem os seus postos de trabalho. Que continuem a trabalhar, mesmo quando o proprietário os despeça. Que ocupem postos de trabalho em terras por cultivar. Que não deixem sair nada das quintas. Mesmo sem salários continuamos a trabalhar. E temos obrigado o gado e o fascismo a recuar. Fa-



zemos propriedades em frente das plenárias e acabamos por impôr aos patrões a manutenção de todos os trabalhos e o pagamento dos salários atrasados. Graças aos esforços dos sindicatos à sua força efectiva, radicada na unidade dos trabalhadores, ainda não houve fascista ou capitalista nenhum que não tivesse cedido. E se eles não cederem, os trabalhadores têm força bastante para se pagarem através dos produtos da terra, se necessário esperando pelas colheitas.

Os trabalhadores, além de denunciarem todas estas formas de sabotagem económica, para que o Governo adopte as necessárias medidas, tomaram também nas suas mãos acções efectivas contra a sabotagem, impedindo que ela se concretizasse. Ainda recentemente em Vendas Novas, referiu um dos dirigentes sindicais, houve um grande proprietário que pretendia plantar eucalipto numa terra considerada boa para milho. Os trabalhadores não consentiram em mais este atentado contra o desenvolvimento da nossa agricultura.

Mas, claro, a solução dos problemas de fundo e o Governo é chamado a actuar energeticamente neste campo. Dissolvam-nos os trabalhadores agrícolas. Para acabar com a sabotagem económica, o absentismo, o parasitismo, etc., só há uma solução: uma reforma agrária que entregue a terra a quem a trabalha. Quanto a nós, a reforma agrária deverá começar por uma intervenção do Estado, com o apoio e vigilância dos trabalhadores de forma a pôr as terras a produzir convenientemente e manter o pleno emprego. Só depois desta fase se poderia pensar então nas formas de distribuição das terras. Os critérios a utilizar têm de ser cuidadosamente estudados, pois a subversão de alguns agrários por mais alguns outros só serviria para atrasar o processo revolucionário.

ESTAVA AQUI A PASSAR OS OLHOS PELO JORNAL...

E REPARO QUE OS PARTIDOS DA ESQUERDA...

APRESENTAM, COMO CANDIDATOS, GENTE MUITO CONHECIDA...

ENQUANTO QUE OS Nossos PARTIDOS APRESENTAM NUNCA GENTE QUE NINGUÉM CONHECE

HOMEM, PENSAS UM BÓCADO...

NÓS APRESENTAMOS CANDIDATOS POUCO CONHECIDOS...

PRECISAMENTE PARA NÃO APRESENTAR AQUELES...

QUE NA ÚLTIMA A GENTE CONHECE... DE GINJEIRA...

O JOR

13

os interesses
preendida de
condições de
trabalhadores
logia e psicoló
o curso algu
foi possível
omem posiçã
es de higiene
is de trabalho
giene e segu
ção de normas
para o efeito
trabalhadores
ntrvício Nacional
se prossegue
ntende a inter
ntes medidas
e processos
erigidos.
os os produtos,
das de precau
ações limites
mas correctas
uinas que não
ai adequados
roduzido, pela
ório para todo
as campanhas
nas operações
cional de todo
as em vias de
das medidas
erentes a tomar
entes que fixem
raquinária e da
de seminações
ou riscos.
a informação
em classe.
peias, sobre a
ção à saúde
nível, a nível
mundial, a nível
e de federações
tos se multiplica
ências, a neces
em torno dos
trabalhadoras
a sua consecus
r sob pena de
s.

A União dos Sindicatos de Aveiro denuncia: O BANCO PINTO DE MAGALHÃES E A SABOTAGEM ECONÓMICA

Os contra-revolucionários internos, mercenários do capital monopolista internacional, não cessam as suas actividades e também eles, vendendo os seus privilégios em perigo se transformarem em «homens sem nome».

Tudo fazem para que a classe trabalhadora quebre a aliança com o MFA e com o Governo Provisório, no sentido de fazer fracassar o processo revolucionário em curso. Eles dizem «o pouco vergonha já está a ir longe demais» e por isso a sua missão prioritária consiste em entrar o processo.

A União dos Sindicatos de Aveiro/inter-sindical comunicou em que denuncia violentamente um processo de sabotagem económica, que está a ocorrer numa fábrica em Aveiro.

Um dos grandes grupos económicos de Portugal é o Grupo Pinto de Magalhães, encabeçado pelo Banco do mesmo nome. Tal grupo possui, em Aveiro, uma empresa cerâmica — Fábrica Jerónimo Pereira Campos, SARL, que se dedica essencialmente ao fabrico de tijolos e telhas.

Ora, como é do conhecimento público (e não radiado, como não seja), um dos sectores preferidos pelos sabotadores mercenários é o da construção civil. Eles não têm hesitado em levar à falência dezenas de pequenos empreiteiros e ao desemprego milhares de trabalhadores. E isto porque não havia cimento e ferro que chegasse para as obras em andamento... Por coincidência, tanto os cimentos, como há siderurgia, o patronato em Aveiro. Mas agora há ferro e ci-

mento, mas não há tijolo, nem telha. Os empreiteiros das fábricas, para concluir as suas obras e vêm de mãos a abanar porque a produção não é suficiente para as necessidades.

As implicações são grandes: são as pequenas firmas de construção civil a abrirem falência, são milhares de trabalhadores desempregado, é o plano de fomento da habitação a encravar, etc.

É neste processo de sabotagem que vamos encontrar na administração das fábricas Jerónimo Pereira Campos, SARL, com duas unidades. Uma, na Taboaria, cuja capacidade de postos de trabalho (130 trabalhadores) e de produção dizem estar esgotada e que possui um único forno. Outra, de três fornos (em Aveiro), que emprega 189 trabalhadores.

E na de Aveiro que se passa coisas muito interessantes apesar de tudo, suficientemente claras para que não tenhamos dúvida em falar de sabotagem económica. Assim, nos três fornos, um está paralisado há cerca de dois meses e não foi reparado; outro não poderia material para reparar os fornos; o preço da comercialização dos tijolos e telhas, em Janeiro, um aumento de 30 por cento, o que poderia ser aproveitado no sentido de uma boa rentabilidade das empresas; apesar da fábrica possuir apenas dois fornos em laboração, pretendem paralisar ainda outro, reduzindo a produção a 1/3 do normal. Tal situação não foi feita devido à oposição energética por parte dos dirigentes do Sindicato dos Cerâmicos.

Por tudo isto parece-nos lícito concluir:

1. A administração das fábricas Campos não deseja a melhoria do tijolo e da telha, que afecta a construção civil e a economia nacional, seja agora.

2. Ou estará o Grupo a esperar, a efectuar o choro do ne-

gócio com a urbanização dos terrenos que está instalada a fábrica de Aveiro e pagar tudo com esses lucros?...

3. Não obstante, essa urbanização pode ser outro golpe do banqueiro Magalhães, senão vejamos:

1. E ponto assente que existia crise de subprodução, a nível nacional, de tijolo e telha, facilmente comprovado pelos camionistas que todas as madrugadas colocam as viaturas nas bichas e vêm embora com as mãos a abanar.

2. No caso de se proceder à urbanização dos terrenos, terá que se proceder à demolição da fábrica e teríamos que assistir ao desemprego de 189 trabalhadores da fábrica, mais ao desemprego de trabalhadores de sectores da construção civil e de outras empresas, resultando na paralisação da fábrica. Note-se que não somos contra a urbanização, desde que se proceda à construção de outra fábrica.

3. Com o encerramento de três fornos de tijolo e telha, começa a crise de subprodução agravada extraordinariamente, alastrando ao sector de construção civil, o que não poderia acabar as obras.

4. O próprio Grupo não poderia fazer a urbanização por falta de tijolos e telhas para as suas próprias obras.

Perante esta situação, clara como água, a União dos Sindicatos de Aveiro/inter-sindical demonstrou já a sua solidariedade com o Sindicato dos Cerâmicos de Aveiro. E foi dirigido às autoridades competentes o seguinte pedido:

1. — Nomeação imediata de uma comissão técnica que analise as condições de funcionamento da empresa e cujo trabalho conduzir, necessariamente, à atribuição de responsabilidades criminais à administração.

2. — Aplicação do Decreto-Lei 86/74, com a nacionalização da empresa, sem que haja lugar a qualquer indemnização ao Grupo Pinto de Magalhães.



TRABALHADORES EM LUTA CAIXEIROS DE SETÚBAL

«A Associação de Comerciantes do distrito de Setúbal, que resulta da reorganização dos Grémios desse distrito, respondeu à proposta de alteração ao Contrato Colectivo de Trabalho em vigor propondo inclusive a redução e diminuição dos salários bem como das regalias sociais já em vigor? De pasmas se tivemos em mente que o actual C.C.T. em vigor começou a ser negociado em 1970, saindo em 1973.»

Afirmam os membros do Sindicato dos Caixeiros e Profissionais Similares do Distrito de Setúbal.

Depois de referir que «o 25 de Abril ainda não passou por muitas mentes intoxicadas e que se deixou o trabalho por mãos de determinadas organizações, como é o caso da Associação dos Comerciantes do distrito de Setúbal. Acrescentam mais à frente: «E estranham que se tenham por argumentos com base na pequena margem de lucros praticada, aventando até a hipotese de que o Governo pretender reportá-las a 1975.»

Os trabalhadores daquele sindicato interrogam-se acerca das manobras levadas a efeito pelo patronato, dizendo: «Será que pretendem continuar a auferir os seus lucros sempre da mesma forma mas desumana, que é a superexploração do trabalhador?» invocando a situação crítica dos pequenos comerciantes? Porque não lhes aconselham a dinamizarem-se e a organizarem-se em cooperativas? Será que não lhes com?...

O comunicado termina, alertando os trabalhadores para que estejam atentos a todas as manobras do patronato, e para não se deixarem desunir.

ELECTRICISTAS DO CENTRO

«TEM vindo este Sindicato a desenvolver uma luta na melhoria das condições de vida de todos os colegas. Não só esta luta se dirige a conquistar melhores salários e outras regalias, como é indispensável melhorar as condições de trabalho, em segurança, e higiene, afirmando o compromisso do Sindicato dos Electricistas do Centro. Esta luta pela melhoria das condições de trabalho, tem sido dirigida principalmente ao sector da indústria da electricidade pois é onde existem melhores condições de trabalho, em segurança, e higiene, afirmando o compromisso do Sindicato dos Electricistas do Centro. Esta luta pela melhoria das condições de trabalho, tem sido dirigida principalmente ao sector da indústria da electricidade pois é onde existem melhores condições de trabalho, em segurança, e higiene, afirmando o compromisso do Sindicato dos Electricistas do Centro. Esta luta pela melhoria das condições de trabalho, tem sido dirigida principalmente ao sector da indústria da electricidade pois é onde existem melhores condições de trabalho, em segurança, e higiene, afirmando o compromisso do Sindicato dos Electricistas do Centro.»

«Vem isto a propósito — adianta-se — de, mais uma vez, em P. e. e agora na L. E. P., os trabalhadores daquele Sindicato interrogam-se: «Que rumo se concretiza para a luta de massas contra estes factos?.. Que andam por aí a fazer as

comissões de segurança mencionadas no C. C. T. da indústria de electricidade, no capítulo 7º e seguintes?..O que tem feito?..Onde estão os actos mensais?..Que resultados apresentam do seu trabalho?..»

«Onde é que reunem?..Que comissões têm os seus comités, nestes tempos?..A quem responsabilizam por este estado de coisas?.. As comissões técnicas do Governo? As Comissões de Segurança? Aos grupos técnicos, engenheiros e técnicos de trabalhadores? As comissões de trabalhadores? A quem se dirigem?..»

«Perante isto os trabalhado-

res exigem: «O cumprimento da regulamentação, instrução e treino a todos os colegas. Inquéritos rigorosos com representantes dos trabalhadores. Publicação dos inquéritos, medidas a tomar no futuro, etc.»

«O curso de Segurança por ele promovido posto que os trabalhadores não sabem do que se trata, não é suficiente, quantos lá foram ou quem foi.». O comunicado finaliza com um apelo aos trabalhadores: «Acorda e lanço-te alerta pois a tua vez pode chegar um dia, não sofrerás tu, mas também a tua família, os teus colegas.»

Garantia Funchalense: OS TRABALHADORES GANHAM A PRIMEIRA BATALHA

Os trabalhadores da Companhia de Seguros «Garantia Funchalense» reivindicam verdadeiramente interessados nas mudanças democráticas que o 25 de Abril propiciou. Assim, os trabalhadores desta Companhia no dia 21, apercebeu-se bem dessa determinação, a desconfiança de demasçar e derrubar aqueles que não estão com os trabalhadores e que por enquanto se deixam controlar pelos seus ditos capitalistas.

Tudo começou com um plenário em dois pontos regressasse de fundamentalmente o seguinte: reintegrar um trabalhador injustamente afastado; responsabilizar o administrador por má gestão, de que é consequência imediata a alarmante situação económica da Companhia; denunciar o aumento insuportado das despesas geradas pelo administrador afastado, Dr. Brochado Teixeira; sanear esta prática de modo a toda espécie de abusos; e solicitar o determinado trabalhador a que se ascendera ultimamente os seus pontos regressasse à posição anterior; e, principalmente denunciar publicamente as ameaças veladas de retirada da carteira de seguros por parte de alguns associados do grupo UTIC (já que esta Companhia faz parte e solicita a intervenção imediata do Governo, nos termos do Decreto-Lei nº 86/74).

Como remate desta proposta, exigiram os trabalhadores satisfação total até ao dia 24, data em que, na falta da mesma, ocupariam as instalações. Entretanto, surge o dia 21, e a administração paulatinamente inicia cerca das 15 horas mais uma das suas habituais manobras. Dá-se conta disto e os trabalhadores exigem a intervenção imediata do Governo, nos termos do Decreto-Lei nº 86/74.

Entretanto, os trabalhadores da «Garantia Funchalense» continuam atentos e têm consciência de que ganham apenas uma batalha e que outros terão que vencer para ganhar a «guerra». Com a sua determinação não se desanimam, continuam a ganhar, e com muitos que eles podem confiar que em Portugal a exploração do trabalhador não terminou nos seus dias contados.

TRABALHADORES DA SEMEPA APOIAM UNICIDADE

Trabalho Livre é Desenvolvimento, criado ostensivamente com finalidades educativas e sociais, tem sido o modelo na divisão sindical, o modo de funcionamento da O.I.T., em que «têm por cada trabalhador um representante do Governo, um representante dos capitalistas e um representante dos trabalhadores de todo o Mundo, que não só não paga nada, como coloca a sua voz contestando o sistema de representação da O.I.T., e o valor das suas actividades, por exemplo, a abstracção da necessidade histórica, do conceito proletário de liberdade, do conceito de liberdade burguesa) que conduzirá à substituição do poder da burocracia pelo poder dos trabalhadores».

«No seu último de 28 de Fevereiro, os trabalhadores da Renascença encabeçada e solenemente demonstra as suas palavras das garantias por uma fadiga em Setúbal, princípios da forma Católica, formosamente afirmado Maio de 74 e nas causas propostas em Setembro rejeitadas pelo Conselho.»

«Porém, a digno consideração pública comprovada, não existe um comunicado da Renascença no dia 5 de Maio de 74 e nas causas propostas em Setembro rejeitadas pelo Conselho.»

«Em 25 de Maio de 74 e nas causas propostas em Setembro rejeitadas pelo Conselho.»

«Em 25 de Maio de 74 e nas causas propostas em Setembro rejeitadas pelo Conselho.»

Rádio ALU (APE) E OS

Os trabalhadores Rádio Renascença tram hoje no de greve ser com uma potente por entidade patronal. Entretanto, mana foi distinguente com trabalhadores. Renascença:

«No seu último de 28 de Fevereiro, os trabalhadores da Renascença encabeçada e solenemente demonstra as suas palavras das garantias por uma fadiga em Setúbal, princípios da forma Católica, formosamente afirmado Maio de 74 e nas causas propostas em Setembro rejeitadas pelo Conselho.»

«Porém, a digno consideração pública comprovada, não existe um comunicado da Renascença no dia 5 de Maio de 74 e nas causas propostas em Setembro rejeitadas pelo Conselho.»

«Em 25 de Maio de 74 e nas causas propostas em Setembro rejeitadas pelo Conselho.»

«Em 25 de Maio de 74 e nas causas propostas em Setembro rejeitadas pelo Conselho.»

Construção civil: PAÍSES ALGARVIOS DE ESPINGARDA APONTADA

Ameaças com armas de fogo, sabotagem económica, desprezo pelos contratos de trabalho — eis as armas a que o patronato da construção civil do Algarve recorre para entrar o processo democrático.

Tentando achar solução para a grave crise que se cria, talvez nessa mesma hora o Algarve, que se trata de um desemprego que atinge cinco mil trabalhadores, deslocou-se a Lisboa, na semana passada, uma delegação constituída por elementos do Sindicato da Construção Civil de Faro, delegados dos vários concelhos algarvios e elementos da Associação dos trabalhadores da construção civil.

Foram contactadas as seguintes entidades: Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo, secretaria do Estado do Trabalho, Secretaria de Estado do Emprego, Gabinete do ministro Melo Antunes, Gabinete do ministro Álvaro Cunhal, Relações Públicas da Comissão Coordenadora do M. F. A. Pedida audiência ao Ministério da Economia, este departamento recusou-se a receber a delegação, alegando que o problema não dizia respeito àquele Ministério, o que não

deixa de ser surpreendente. Como já referimos, há neste momento cinco mil trabalhadores de construção civil em situação de greve, com todas as autorizações legais, não se iniciam; outras, já começadas são suspensas por não terem sido pagas muitas empresas desfazem-se dos materiais e da maquinaria.

Em face da gravidade da situação, elementos da delegação apresentaram as referidas entidades um conjunto de reivindicações:

- a) que seja exigido, de forma cabal, o cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho, sendo para tanto necessário que a comissão local do Ministério do Trabalho sejam conferidos poderes e sejam criadas condições tendentes a uma actualização verdadeiramente eficaz;
- b) o saneamento e reestruturação dos tribunais de arbitragem;
- c) a existência para o Algarve de medidas de planeamento económico e habitação social; d) o reversionamento de parte do sector;
- e) a criação de instrumentos que permitam a actualização do estatuto de sabotagem económica.

ABAT CON O DESEJ

Os despedidos arma do patronato forma de impo ao trabalho se protesto orgânico. Esses trabalhadores apresentam a luta pela respectiva greve por fim a situação no sector da construção civil de Traba o desemprego.

Um grande consequência do contrato: não vem a sério, no ciclo e só se ponto, os casta estiveram conversações com a Renúncia de No Sindicato, apresentaram o desempregado utilizar o subúdio, que não.

Durante a por patrono apresentar os trabalhadores de novo (da s), ficou lú que o avanço mochrático, os trabalhadores com despedidos por saber disto com: o patrono.



74, os preços
de Lisboa,
de 74, au-
penas 7 por
salientar que
este neste úti-
que se regis-
de subida de
mercado inter-
da a ele-
os preços do pe-
o assom com-
duzir a taxa
o sistema de
Claro que
mas foi conti-
e certos lími-
estes núme-
rários direc-
realidades
o sistema de
preços é mu-
), não há
em relação
melhorou-se

De resto estamos empenhados num controlo efectivo das empresas e na redução drástica dos seus lucros, para o que tem sido útil a actuação da Comissão Consultiva de Preços onde têm assente representantes das empresas e dos trabalhadores, nomeadamente, a Interindustrial.

No caso do açúcar a Interindustrial não esteve presente porque, a decisão não foi por nós informada, saiu directamente do Conselho de Ministros.

Aproveito a oportunidade para frisar o papel importante que as comissões de trabalhadores e a Interindustrial têm desempenhado no controlo dos preços, pois, os

trabalhadores fornecem-nos muitas vezes informações valiosas sobre o que se passa nas suas empresas, que nos ajudam a obstar a pretensões exageradas de lucros.

Mais à frente o dr. Miranda Ferreira chamou a atenção para o seguinte facto: Muita gente tem a ideia de que não deve pagar aos comerciantes os novos preços, agora estabelecidos, pensando que eles fazem especulação tendo enchido os armazéns de açúcar comprado ao preço antigo, para agora o vender aos novos preços. O Governo tomou medidas através da Administração Geral de Aduanas, no sentido de inventariar todo o açúcar em armazém, quer nos armazéns quer nos retalhistas, que estão a ser obrigados a pagar o excedente àquela administração.

No entanto, surgiram boatos de que o óleo e outros géneros iriam subir de preço. Sobre isto, e à terminá-lo, dr. Miranda Ferreira afirmou: Correm alguns boatos alarmistas que, concerta, não surgem por acaso. Certamente que por detrás disso tudo está uma certa actividade política, que procura perturbar o processo democrático em curso. Dizem também, por exemplo, que a gasolina vai aumentar. Isso não é verdade a própria Secretaria de Estado da Indústria e Energia já o desmentiu.

Quero ainda lembrar que apesar dos aumentos registados, estamos convencidos que o aumento de salários verificado após o 25 de Abril ainda não foi absorvido. Não se diga o contrário os consumos dos trabalhadores aumentaram o seu nível de vida melhorou. Não é caso para dizer que as classes trabalhadoras estão pior que antes do 25 de Abril, muito antes pelo contrário

8 de Março: SÍMBOLO DA LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS

O dia 8 de Março de 1975, as operárias da indústria têxtil de Nova York (Estados Unidos da América) iniciaram uma greve contra o horário de 16 horas de trabalho diário a que estavam sujeitas. Embora reprimida com a maior violência, esta luta foi coroada de êxito. Nasceu, assim, o Dia Internacional da Mulher, que se comemorou pela primeira vez em 1910. Pelas suas origens, o dia 8 de Março simboliza a luta das mulheres trabalhadoras, luta contra a exploração da sociedade capitalista, luta contra a dupla exploração a que estão sujeitas pelo facto de serem mulheres.

Em Portugal desde há mu-

to se comemora o dia 8 de Março. Contudo a ditadura fascista impediu as mulheres portuguesas de comemorarem esse dia à plena luz do dia. Este é o pois o primeiro ano em que as comemorações saem da clandestinidade para se fazerem à vista de todos, sem receio da repressão policial. Nem por isso o espírito de combate está ausente das celebrações deste ano. Sendo 1975 o Ano Internacional da Mulher, a data de 8 de Março só por isso adquire maior relevo em todo o mundo. No nosso país, onde todos estamos construindo uma nova democracia, quis-se dar «o carácter duma cooperação unitária que permi-

tisse a mais larga mobilização das mulheres do Povo Português, atraindo assim a atenção de amplos sectores da opinião pública para o significado desta histórica data e para os problemas da mulher», conforme se diz no comunicado do P.D.M., movimento que teve entre nós a iniciativa das comemorações.

A Interindustrial faz parte da Comissão Promotora, que inclui ainda: o M.D.M., a Direcção-Geral dos Desportos, a F.N.A.T., o Conselho Português para a Paz e Cooperação, Pro-UNE.P., o M.L.T. e a Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau.

As comemorações em Lisboa culminam com um desfile popular, a realizar amanhã, pelas 15 horas e 30, seguido de um jantar das mulheres do Teatro da Trindade, a Companhia da Casa da Comédia apresentará uma peça de Bertold Brecht «As Espingardas de Mas Carra». O espectáculo é consagrado ao primeiro 8 de Março comemorado em liberdade no nosso país.

Hoje decore uma homenagem que assinala o 12º aniversário do falecimento da dr.ª Maria Isabel Abom Inglês — trata-se da primeira homenagem pública que é possível fazer a essa mulher que se dignificou na luta antifascista.

MULTIPLICAR AS COMISSÕES DAS MULHERES NESTE DIA DE LUTA

«Nós na nossa empresa vamos reunir as trabalhadoras, motiváveis para a discussão dos seus problemas concretos Temos a ideia de que o 8 de Março será um bom ponto de partida para a organização das mulheres trabalhadoras em amplos comités operários de uma empresa de Sacavém, que, com outras camaradas, prepara

o 8 de Março, há muito tempo na sua fábrica

As mulheres trabalhadoras de Alpiçra desencadearam em 1973 uma greve operária para comemorar o 8 de Março. As camponesas do Alentejo, as operárias do Barreiro, as trabalhadoras da Automática Eléctrica, as operárias conservadoras de Oitavo desenvolveram no decorrer da noite fascista duras lutas para concretizar melhores condições de vida para a mulher trabalhadora.

As greves das mulheres trabalhadoras pelo direito ao pão,

pelo salário igual, pelo direito às creches para os seus filhos, pelo direito ao trabalho e contra o desemprego foram os marcos da história da luta antifascista da mulher em Portugal. As trabalhadoras portuguesas orgulham-se dessas mulheres da vanguarda operária que nas greves das empresas, nas casas clandestinas, nas massmoras da Pide responderam aos monopólios e aos laços do fascismo com o seu exemplo dos quais nascem os futuros 8 de Março.

No Bairro das Furnas, fizemos um inquérito às trabalhadoras pelo direito ao pão,

condições de vida da mulher. Os resultados desse inquérito, servir-nos-ão para abrir a discussão sobre as dificuldades da maioria das mulheres do bairro — afirmou-nos uma das jovens estudantes que em colaboração com as mulheres operárias formam uma comissão de iniciativa pelo 8 de Março na freguesia de S. Domingos de Benfica.

«Esse trabalho interessou mulheres operárias da fábrica Viúva Lamego que aproveitou da nossa experiência realiza uma reunião simultânea com a do Bairro das Furnas na sua empresa com o apoio das trabalhadoras da Intercom e ajudamos-nos ainda esta nossa amiga.

As experiências descritas mostram até que ponto a imigração da mulher trabalhadora, aprofundando as condições concretas na empresa ou no bairro onde habita podem criar condições para a formação de comissões amplias de mulheres.

As mulheres operárias que exigem creches nos locais de trabalho devem organizar-se com esse objectivo, denunciando os lucros dos monopólios, a ausência de condições sociais de mulher trabalhadora, a falta no mínimo de infra-estruturas de apoio.

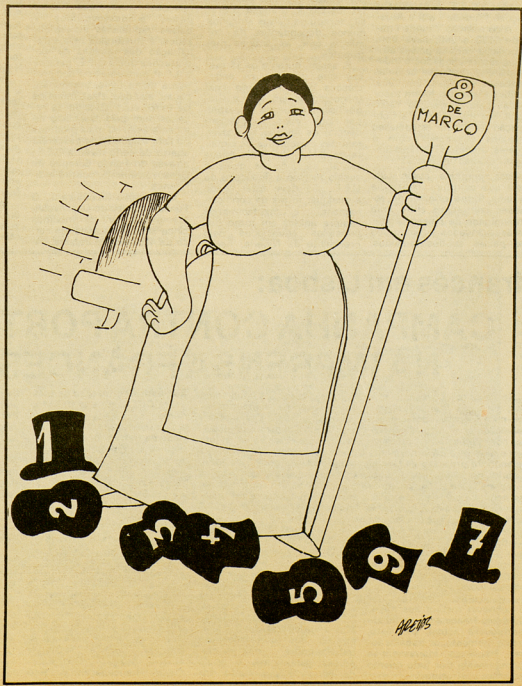
As camponesas unidas com os seus camaradas de trabalho que exigem trabalho igual nos campos devem constituir o 8 de Março comissões de operárias agrícolas que tragam aos ranchos, aos laços, às aldeias o ânimo por um combate duro contra os latifundiários. As operárias conservadoras que exigem o direito ao pleno emprego, a possuírem salário mínimo, assistência médica para seus filhos e no parto, podem a partir de 8 de Março desenvolver uma recolha de informação com vista a apresentarem as suas posições no Congresso Nacional das Mulheres Portuguesas.

Diz-nos uma delegada sindical interessada na multiplicação das comissões de trabalhadoras e uma participante efectiva da mulher trabalhadora no Congresso Nacional das Mulheres Portuguesas: «Recorber a experiência de todas as comissões já existentes, combater a reacção que ainda domina o espírito de muitas mulheres, dar exemplos concretos de organização, mobilizar as mulheres e o sentido que a mulher trabalhadora portuguesa deu ao 8 de Março de 1975.

O CAPITAL

etc. Os monos-
portanto, im-
contendo desta
de lucro, que
que dizer, a ex-
exploração dos
isto além da
poder reivindicativo da classe
trabalhadora, devida ao
agrupamento desta em
órgãos de classe de classe
com os sindicatos, constitui
Para a classe capitalista um
aumento de encargos, uma vez
que os trabalhadores
impõem aumentos salariais
«excessivos», o que leva à
alta de preços. Estabelece-
se, como se vê, uma relação
entre aumentos de salários
e aumentos de preços, aumentos para fazer
face aqueles. Tal relação
não tem que existir. Um au-
mento de salários não tem
que conduzir a uma alta de
preços pela simples razão
de que tal acarretará ape-
nas uma redistribuição do
produto social a favor dos
trabalhadores. Por outras
palavras, o aumento de salá-
rios sem subida de preços
significa que a parte do pro-
duto social (que, não se de-
ve esquecer, é criado pelos
trabalhadores) apropriada
pelos capitalistas baixa, en-
quanto aumenta a parte do
«bolo» que se destina aos
trabalhadores. A transmis-
são dos aumentos salariais
para preços outra coisa não
é que a defesa dos lucros
dos exploradores.

talvez a mais corrente seja a que aparece formulada sob a designação de inflação pelos custos. Esta teoria apresenta-se da forma seguinte: o aumento do poder reivindicativo da classe trabalhadora, devida ao agrupamento desta em órgãos de classe de classe com os sindicatos, constitui para a classe capitalista um aumento de encargos, uma vez que os trabalhadores impõem aumentos salariais «excessivos», o que leva à alta de preços. Estabelece-se, como se vê, uma relação entre aumentos de salários e aumentos de preços, aumentos para fazer face aqueles. Tal relação não tem que existir. Um aumento de salários não tem que conduzir a uma alta de preços pela simples razão de que tal acarretará apenas uma redistribuição do produto social a favor dos trabalhadores. Por outras palavras, o aumento de salários sem subida de preços significa que a parte do produto social (que, não se deve esquecer, é criado pelos trabalhadores) apropriada pelos capitalistas baixa, enquanto aumenta a parte do «bolo» que se destina aos trabalhadores. A transmissão dos aumentos salariais para preços outra coisa não é que a defesa dos lucros dos exploradores.



Director-geral dos Desportos à "Alavanca":

"SÓ AS MASSAS TRABALHADORAS PODEM TRAZER O DESPORTO DO BECO EM QUE SE ENCONTRA"

Sem a presença da Intersindical, sem a presença das massas trabalhadoras não creio que se possa fazer sair o desporto português do beco em que neste momento se encontra — afirmou director-geral dos Desportos em entrevista dada ao «Alavanca» a propósito da sua recente viagem a Cuba. Para o professor Melo de Carvalho, é aos trabalhadores que compete definir uma política desportiva, nomeadamente «reivindicando a criação de condições concretas para a existência da prática desportiva nos próprios locais de trabalho».

Claro que, para os trabalhadores portugueses no momento que vivemos há outros problemas mais prioritários, mas o desporto, como uma das formas de cultura é um dos sectores que exigem profunda reestruturação retirando-lhe o carácter alieatório de que foi revestido por 48 anos de fascismo e pondo-o a serviço efectivo das massas trabalhadoras. Foi aliás o que se passou em Cuba após a revolução e por isso esta viagem do professor Melo de Carvalho e da equipa que actualmente está à frente da Direcção-Geral dos Desportos

Sobre a viagem diz-nos Melo de Carvalho: «Pareceu-nos que havia muito interesse, na fase actual do desporto português, conhecer uma experiência que, de certa maneira, pensávamos ter possibilidades de aplicação no nosso país, dado que conhecíamos em traços gerais a revolução cubana e sabemos que por volta de 1968 a realidade social em Cuba era muito semelhante à nossa. Este era o objectivo genérico que seia conhecer em cada um dos sectores fundamentais em que o campo desportivo se devia desenvolver quais as soluções concretas que, no sentido evolutivo, tinham sido utilizadas durante os dezasseis anos de revolução.

Estes objectivos foram efectivamente alcançados embora tenhamos verificado que Cuba partiu de uma base muito mais sólida e problemática do que a possibilidade de resolução do que aquela que existe actualmente em Portugal, sobretudo no que, evidentemente, lhe criou problemas de toda a ordem, mais graves do que os que temos neste momento.

Quanto às soluções utilizadas, é evidente que não poderão ser aplicadas directamente em Portugal dado que a situação política portuguesa está muito distante da que existe actualmente em Cuba e, por outro lado a evolução desportiva portuguesa depende fundamentalmente da evolução política global e, sobretudo, da possibilidade de conquistas democráticas das massas trabalhadoras e populares.

Gostaria, entretanto, de referir o espantoso acolhimento que tivemos em Cuba. Quer da parte das autoridades oficiais quer de todos aqueles com quem contactámos encontramos uma simpatia e um interesse sobre a situação portuguesa e sobre nós próprios que nos desvaneceram. De tal forma decorreram os trabalhos que foi possível estabelecer um protocolo de colaboração mútua em que o nosso problema mais grave é definirmos o que poderemos oferecer a Cuba em contrapartida do que poderá ser uma ajuda fundamental da sua parte.

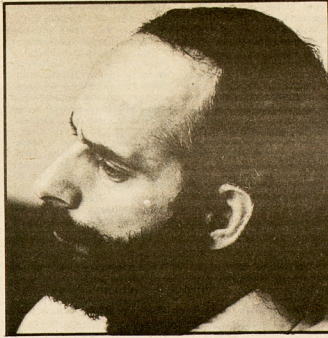
Finalmente, gostaria de vincar que esta visita constituiu uma experiência espontânea do ponto de vista técnico e pessoal especialmente para aqueles que, politicamente se encontram mais próximos do desejo de viver e de conhecer a experiência cubana.

A sensação com que ficámos

que aliás veio condicionar directamente a própria evolução da prática desportiva como também as condições económicas que são exigidas pela massificação desportiva não existem. Costumo dizer que do ponto de vista económico precisamos de uma verba de pelo menos dez milhões de contos para poderemos pensar na efectiva massificação. Claro que só por brincadeira, inconsciência provocada, porque se pode impor isto ao País. Portanto há que colocar o desporto no seu devido lugar e era fundamental mesmo que os que estão ligados ao movimento desportivo se apercebessem de que o problema não pode ser considerado um problema prioritário, o que não significa que da parte da Direcção-Geral dos Desportos não haja uma intenção de alargar a prática desportiva às mais amplas camadas da população mas antes disso julgo que é importante esclarecer, que não nos interessa a prática desportiva por si só ou em si só, interessa-nos uma prática desportiva que obedea a objectivos muito claros.

O DESPORTO A O SERVIÇO DO HOMEM

Numa primeira fase, é fundamental reportar o desporto na sua verdadeira dimensão, dar-lhe um significado puramente educativo e cultural e, portanto, tentar radicalizar o desporto tudo aquilo a que costumamos chamar de doenças infantis do desporto: a «clubbete», a «campanhota», as rivalidades perfeitamente idiotas que caracterizam a vida desportiva portuguesa em que entram os «debraves» nacionais e as competições internacionais em que o prestígio da Nação se «põe em jogo» a quanto se perde ao falarmos os feriados nacionais e as bandeiras a meia-haste. Tudo isso tem de ser irradiado do desporto português e esta deve ser a nossa primeira tarefa de modo a que o desporto que venha a ser



praticado esteja efectivamente a serviço daqueles que o praticam e não a servir interesses que não têm nada que ver com o verdadeiro progresso, não só da democracia como da própria cultura portuguesa.

Esta é uma primeira tarefa que consideramos para o nosso trabalho e que neste momento só está a desenvolver por todo o País com vários milhares de encontros e com a publicação de muitos documentos feita à escala nacional, em que Lisboa, até por um curioso paradoxo, que aliás tem explicação, tem sido o local onde isso menos se tem verificado. Por outro lado também sabemos que para o próprio desenrolar desse processo, é indispensável a criação de condições para que as populações se dediquem a uma prática nova do desporto.

É evidente que a juventude tem um papel extremamente importante a desempenhar nesse campo mas não é menos verdade que as populações adultas no fundo são as que continuam a dominar a representatividade comunitária e, portanto, é a essas que tem

a comunidade deve ser atingida pelo processo. Pensando fundamentalmente nos jovens e nas crianças mas pensando que eles estão integrados numa comunidade e que toda essa comunidade se tem de projectar para responder às necessidades dessas crianças e desses jovens.

Temos, efectivamente, planos que aliás, estarão na sequência do encontro Nacional do Desporto que se está a realizar neste momento e que procuramos a máxima extensão da prática desportiva à população juvenil e infantil, mas temos que conjugar uma forma teórica de tratar o problema, uma forma de análise crítica com uma prática que queremos realizar cada vez mais extensamente em relação a todas as populações.

Ainda que os problemas económicos sejam extremamente escassos pensamos que é possível criar no nosso país um movimento completamente novo do ponto de vista desportivo. A nossa visita a Cuba confirmou-nos que o problema do desenvolvimento desportivo não depende fundamentalmente do problema económico, de facto é essencialmente da chamada consciência social dos cidadãos, da sua capacidade de iniciativa e da sua vontade que tenham por si próprios, de encontrarem as soluções, para os problemas que efectivamente são os seus.

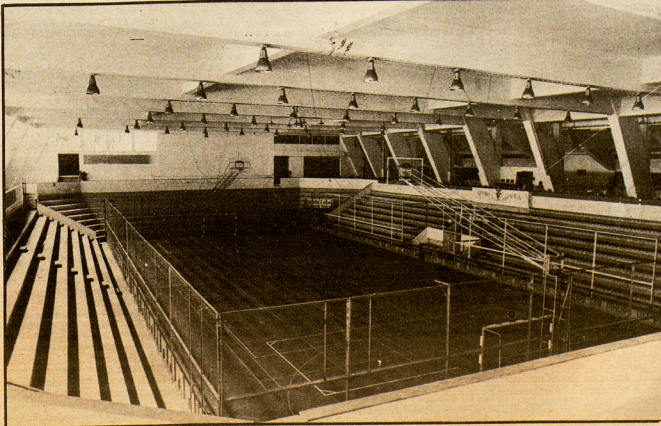
O problema económico não deve constituir um obstáculo fundamental, tanto que neste momento, aquilo que se pretende efectivamente criar não é um movimento desportivo massivo. Uma estrutura que permita, a partir de uma grande capacidade de iniciativa e de um espírito crítico muito aguçado e, simultaneamente de uma grande energia pessoal de todos aqueles que ao problema desportivo quiserem dar a sua colaboração, criar um grande movimento desportivo completamente novo que possa efectivamente evitar os erros das estruturas que temos orientado o desporto no nosso país.

É evidente que isto não significa que os sectores ditos do desporto federado e do desporto escolar deixem de nos preocupar. Bem pelo contrário, pensamos apoiar muito seriamente o desporto federado, desde que ele possa reconverter muitos dos seus processos e projectar os seus objectivos num sentido verdadeiramente novo que não sirva de interesses que no passado eram as dominantes.

Quanto ao desporto escolar, pois far-se-á um grande esforço particularmente no sentido de colocar a Direcção-Geral dos Desportos ao serviço das escolas, ao serviço dos professores e dos alunos, de possibilitar a mais ampla prática desportiva ao nível escolar. Assim, o problema económico é efectivamente obstáculo mais grave porque há problemas de uma outra natureza e aquilo que disse em relação à comunidade não pode ser transposto de uma forma automática para a própria escola.

NÃO AS INFRA-ESTRUTURAS DISPENDEIOSAS

«As... Para pôr em prática



Não são os grandes pavilhões ginno-desportivos em que se empatarem alguns milhares de contos que podem servir neste momento o desporto em Portugal

DESPORTO



UM CASO — Bons jogadores tem a equipa da Cuf, mas falta-lhe qualquer coisa como espírito de clube, uma massa associativa, um ambiente de prestígio e de simpatia

A CUF E A POPULARIDADE

Evidentemente, a equipa da CUF não é o que se pode chamar uma equipa popular.

Nem impopular, em sua sede. É uma equipa que deixa a «fúria», digamos assim, indiferente... Não nos dá nada em termos de futebol, de tradição. Ninguém pode ficar indiferente perante um Benfica ou um Sporting ou perante quaisquer outros clássicos do futebol português, como é o caso do F. C. Porto ou o Belenenses. Ou se gosta ou se não gosta.

E não é o caso de se tratar de clubes grandes de grandes cidades, porque também o Vitória de Setúbal e o Ohanense, o Vitória de Guimarães e o Marítimo não são grandes cidades e são clubes justificados como populares e não por um simples act administrativo.

Se a grandeza dos clubes se medisse apenas pela média das suas classificações nos sucessivos campeonatos nacionais, a CUF teria uma acção maior do que o Atlético e o Oriental, clubes lisboetas de bairro, e não tem. São precisamente as arrefeadas características bairritas que tornam o oriental e o Atlético, tal como o Salgueiros e o Leixões, clubes simpáticos e populares até para além dos limites da sua circunscrição.

Até mesmo nesse plano meramente regional, a CUF tem um rival local que a desbanca: o Barreirense, esse sim verdadeiramente popular, menino do povo barreirense, que lhe tem devotado os maiores carinhos e os maiores sacrificios. A construção do ginásio do Barreirense, que tivemos ensaio de acompanhá-lo de perto, foi uma autêntica epopeia do associativismo barreirense.

Foi feito «só por» assim dizer, pelos sócios do clube, nas suas horas livres, depois do seu trabalho normal e, entre eles, não foram poucos os operários da CUF que, mal saíam o agito da fábrica, corriam para a auto tarefa... por amor!

O Grupo Desportivo da CUF propõe-se ser, como é óbvio, um cartaz de propaganda da Companhia União Fabril, internacionalmente conhecida por CUF, tal como o P. S. V. de Eindhoven, adversário europeu do Benfica na Taça das Taças, logo fez questão de não ser

tratado por Eindhoven (a cidade holandesa onde tem a sua sede) mas sim por Philips Sport Vervin, pois se trata precisamente do «grupo desportivo» da famosa multinacional.

No caso da CUF, é um caso curioso. Surgiu uma proibição de os clubes fazerem, com os seus nomes, publicidade de quaisquer empresas, e, então, habilidosamente, a CUF adoptou o nome de Clube União de Futebol para manter as iniciais de CUF... Foi essa altura que chegou a haver, na primeira Divisão nacional, os Unidos de Lisboa e os Unidos do Barreiro, por onde se verifica que a publicidade não resultou. Na verdade, foi esse designativo de «Unidos» que então vingou, mas toda essa peripécia foi ultrapassada, quando a proibição deixou de existir, e o clube voltou à sua designação antiga e actual.

Claro está que não foi para «embaritar» que enviamos hoje por este caminho, e diga-se de passagem que o clube custava tem até, para além do futebol, uma obra muito curiosa de propaganda de algumas das chamadas modalidades pobres.

Propomos-nos ir mais longe, estabelecendo um paralelo que nos parece oportuno e significativo com o que se passa em alguns dos nossos países socialistas, com o desporto nas fábricas, mas esta secção tem um espaço limitado e assim hoje temos de nos ficar pela «embaritação», juntando apenas uma reminiscência mais... A CUF de Lisboa chegou a ter na sua equipa jogadores dos seus maiores jogadores do mundo, como Carneiro, Carlos Pereira, Féliz, mas nem por isso ganhou qualquer evidência de popular, precisamente porque sempre lhe faltou o chamado espírito de clube, a formação popular, uma massa associativa, um ambiente de prestígio e simpatia.

Diz-se-se neste tempo que a equipa da CUF, com a missão da Benfica, facilmente ganharia campeonatos todos, e o mesmo se passou com um não menos sensacional equipa de Estoril, pelos mesmos motivos: era a equipa da Sociedade Estoril-Feix.

CARLOS PINHAO

CULTURA E TEMAS LIVRES

Vamos ler

CONTROLO OPERÁRIO SOBRE A PRODUÇÃO, de V. Vinogradov. Editorial Estampas — Preço 50\$00.

O exemplo dos povos dos Estados socialistas exerce uma grande influência revolucionária sobre o estado de espírito dos trabalhadores, encoraja-os à luta contra os monopólios e facilita grandemente as condições dessa luta. Os trabalhadores dos países capitalistas toman cada vez mais consciência da sua missão histórica e intervêm cada vez mais rotundamente para confirmar os seus direitos em todos os domínios da vida social.

A POLÍTICA ECONOMICA DO GOVERNO MAIA-CARDÓ, Eugénio Rosa e Francisco Camões — Iniciativas Editoriais.

«...Estas são as condições mínimas para se alcançar a segurança e que os capitalistas já votaram, ao enviar os seus capitais para a Suíça, criminalmente. Voltaram contra. O povo já votou, a favor, na eleição inequívoca fim do trabalho voluntário nacional. O resto são flogos de palavras. Nós votaram com o livro de cheques (transferido capitais) outros com os não caledados, trabalhando para a reconstrução da Pátria (E.M.C.).»

TEXTOS ECONOMICOS, de Karl Marx — Editorial Escala — Preço 50\$00.

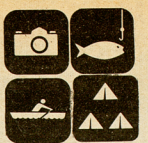
«Se se perguntasse a alguns operários: Qual é o vosso salário? Um deles responder-vos-ia: «Recebo 2 francos e meio por dia de trabalho»; e um outro: «Recebo 2 francos».

Então os diversos trabalhos de trabalho a que pertencem, assim enumeram as diversas quantidades de dinheiro que recebem dos seus respectivos burgueses pela produção de um determinado trabalho, por exemplo, por terem uma ana (antiga medida francesa) de tecido ou todos eles são unânimes acerca de um ponto: o dinheiro é a soma de salários que eles recebem por um determinado tempo de trabalho ou por uma determinada tarefa.

«Portanto a burguesia compra (ao que parece) o seu trabalho com dinheiro. E pelo dinheiro que eles lhe «vendem» o seu trabalho. Mas isto só se aplica na aparência e eles na realidade vendem ao capitalista pelo dinheiro, é a sua força de trabalho.»

CRÍTICA DAS CONCEPÇÕES DE MAO TSE-TUNG, de Col. Teoria. e V. Geurgéiev — Col. Teoria.

«... A sua finalidade era atrair um povo de 700 milhões de pessoas para um único de Mao», converter todos as pessoas em autómatos inanimados, em «búfalos



obedientes», em «parafusos inoxidáveis», quando aquilo que o marxismo-leninismo se propõe é fomentar as capacidades criadoras do povo em conjunto como também de cada indivíduo em particular, fazendo de arte, o artesão, o criador — precisamente o criador — do seu destino, responsável pela obra de todo o povo, de todo o partido.»



Cinema
«Casamento de bancas» de William Fruet, no Estúdio 444: num Canadá reaccionário do pós-guerra o contacto de uma jovem com o mundo faz-se sempre através de janelas fechadas, numa vida sem outros horizontes quando aqueles impostos pela vontade de uma família fortemente repressiva e castradora. Um filme muito belo sobre uma educação despotica e alienadora.

«A Nova comprada» de Jan Troel, no Caledoscópio: na América do século passado como em muitas vilas e aldeias portuguesas a mulher continua a ser um ser passivo, destituído de vontade própria, manipulada ao sabor dos caprichos de um marido todo-poderoso.

«Se» de Lindsay Anderson: na escola como meio de disciplinar e neutralizar qualquer possível contorção por parte de uma juventude que se não conforma com as regras da sociedade em que vive. Um colégio árduo como amargura da repressão e da violência que caracterizam as sociedades ocidentais de consumo e de abundância.

«O leão das sete cabeças» de Glauber Rocha, no Universal: acerca do colonialismo e da exploração das classes dominantes faz um realizador exilado da sua terra um dos seus mais belos e importantes filmes.

«Saturnos» de Fellini: o decadente império romano em flagrante crise devalores, visto através da imaginação prodigiosa de Fellini que torna assim actuais e próximos as personagens da obra de Petronio.

«In» de Francisco Nicholson
«Especial Eleições»

4ª FEIRA, 12
I PROGRAMA
13.00 Encontro
19.25 TV Rural
II PROGRAMA

20.40 Encontro

6ª FEIRA, 12
I PROGRAMA
21.45 Especial Eleições

Rádio
Alavanca — Diariamente das 00.00 às 02.00 no Rádio Clube Português, onde ganha a voz da Intersindical.

M.F.A. — Na Emissora Nacional

no. Um retrato muito duro sobre Azeitejo e as classes aí em presença.
«O pá, pá» na vassoura» de José Viana, Mário Castrom e Rolo Duarte, uma revista que, utilizando os processos tradicionais da revista «a portuguesa», assume, de resto descoberto e palavrões ceteras, a coragem de uma posição partidária sobre a actual situação política portuguesa.

Discos

«Bela Ciao» por Adolfo Cendrán, «singie»: uma canção de combate das Brigadas Internacionais, cantada pelos voluntários italianos durante a Guerra Civil de Espanha.

«Lavados, lavados, sim!» Banda do Casaco «single»: uma tentativa de abordar ironicamente a realidade portuguesa e as suas contradicções, a experimentação de uma língua que se diz não musical, uma construção sonora fora de série.

TV

6ª FEIRA, 7
I PROGRAMA:

20.45 Final como?
21.15 Os Inquiridos do Comissário Maigret

SABADO, 8
I PROGRAMA

14.30 Cinema de Amadores
15.00 Resistência: série filmada
18.45 Cada dia uma esperança
19.00 Memória do nosso tempo

20.50 Noite de Cinema: «Cantata», do cineasta húngaro Miklós Jancsó

DOMINGO, 9
I PROGRAMA

19.00 TV Rural
20.30 Teledomingo

2ª FEIRA, 10
I PROGRAMA

12.55 Escrever é lutar
20.45 Teatro: «A Armadilha» de Alfonso Sarste

II PROGRAMA
20.45 Escrever é lutar
21.15 Clássicos do Cinema

3ª FEIRA, 11
I PROGRAMA

21.00 «In»-Fiim, um programa de Francisco Nicholson

21.45 Especial Eleições

4ª FEIRA, 12
I PROGRAMA

13.00 Encontro
19.25 TV Rural
II PROGRAMA

20.40 Encontro

6ª FEIRA, 12
I PROGRAMA
21.45 Especial Eleições

cional, às 3ª, 5ª e 6ª, às 18.15; no Rádio Clube Português, às 4ª e sábados, às 22 horas.

EMISSORA NACIONAL

6ª feira
15.20 Formação Política

Sábado
16.00 Sindicalismo
17.00 Programa Juvenil

Domingo
12.00 Programa sobre Agricultura
21.30 Temas de Desporto

2ª feira
16.50 Formação Política
17.00 Rádio Estudantil

3ª feira
21.45 Sindicalismo

4ª feira
16.50 Economia
16.45 Sindicalismo

5ª feira
23.00 Formação Política

RÁDIO CLUBE PORTUGUES

18.00 Movimento
23.30 Revolver o Tempo

Poeta

assasinado

Há aiúdo (o que é natural) quem associe a palavra artista a um sujeito estranho que vive fora e alguma vez fuma cachimbo. Há aiúdo quem associe o poeta a um indivíduo muito parecido com o que acabamos de descrever, mas com a agravante de «andar sempre nas nuvens» a viver em eterna contemplação de si mesmo, esquecido dos outros homens. Há, enfim, muitos juízos errados a respeito dos intelectuais criadores. Convém, no entanto, adiantar já que o povo na sua simplicidade não se engana quando nas suas opiniões e se tem em pouca consideração os artistas e que conhece os problemas dos outros homens, que convive com eles, e que utiliza as suas facilidades naturais, a sua arte, para denunciar o que está errado na sociedade. Ele é um autêntico guerreiro, só que em vez de usar as armas, usa as palavras.

Vem isto o propósito do poeta bulgárico Nikola Vapzarov, que apenas com 32 anos, em 1942, quando os nazis ocupavam a sua pátria, foi mandado fuzilar por um tribunal fascista. Os seus versos e a sua criatividade apressaram o seu trágico fim. E as suas últimas palavras comprovam bem a força do autêntico artista. Disse ele: **Agil planeamento consciente de haver que a força do autêntico poeta. Nenhum dos meus actos. Não imploro a graça de ninguém.**

Unicliov. Vapzarov um publico livro. — Os Cantos do Motor — que agora é lido no rádio na Bulgária. Dele transcrevemos parte do poema **Combate: Sei o meu clube Português, onde ganha a voz da Intersindical, e não quem o tirará de mim, por nada!** Como operário, por isso nos combates, por isso nos combates, por isso nos combates, por isso nos combates.



A FNAT EM REESTRUTURAÇÃO

A CULTURA É UMA ARMA PARA MODIFICAR A VIDA

O Teatro da Trindade vai ser transformado num centro cultural polivalente dirigido às classes trabalhadoras. Trata-se de uma ESPERANÇA-PILOTOAQUEA FNAT vai proceder, com vista à generalização destes centros a todo o País. Desta iniciativa, é de uma maneira geral, do plano de acção daquele organismo deparamos conta Rogério Paulo e Fernando Chambel, pela Comissão Administrativa, Benjamin Marques, Vítor Carvalho, Rui Tomás dos Santos e Mendes Gaspar, pela Comissão de Reestruturação.

«O Teatro da Trindade é o centro de animação cultural de Lisboa dos trabalhadores portugueses — disse-nos Rogério Paulo. Está na fase de estudo, para realização a curto prazo, a transformação do Teatro da Trindade em sala polivalente, com integração de uma cabina de projecção cinematográfica. Claro que tudo isto se fará com o maior respeito pela integridade arquitectónica do edifício: o Teatro da Trindade é um monumento nacional que, depois do «25 de Abril», foi entregue nas mãos dos trabalhadores portugueses, e como tal tem de ser conservado. Há que defender o património cultural do passado, como de resto é princípio seguido nos países em que a democratização da cultura é uma realidade, por exemplo, a R.D.A., a U.R.S.S. ou Cuba. Os trabalhadores têm direito ao melhor; têm direito a que seja seu aquilo que era só da burguesia.»

UMA EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA

Mas a concepção a que irão obedecer os centros de animação cultural da FNAT é inteiramente revolucionária. «A experiência que vamos pôr em prática no Trindade — explicou-nos Benjamin Marques — é a da criação de um organismo que, para além da programação cultural, prevê também os meios materiais de facilitar o acesso a essa programação por parte dos trabalhadores.»

Na verdade, pensemos no caso de um trabalhador residente em Moscovo, com mulher e filhos. Mesmo que tenha interesse em frequentar os espectáculos do Trindade, como poderá fazê-lo, de uma forma que não constitua pesado sacrifício para a família? Para a família? Tal é o problema que a FNAT busca resolver. Diz-nos Benjamin Marques: «Estamos a pensar num sistema capaz de proporcionar ao trabalhador, além do espectáculo em si, a solução dos problemas inerentes: transportes, refeição para o trabalhador e para a família, proporcionando a ida a casa e não envolvendo despesa superior à de uma refeição caseira, apoio aos filhos, que não podem ir ao espectáculo nem ficar sózinhos. Assim, prevê-se o funcionamento nocturno do refeitório

da FNAT na Rua Vitor Gordon, o qual fornecerá a um preço especial, mas acessível, incluindo no bilhete, refeições a todos os trabalhadores e respectivas famílias que fossem assistir aos espectáculos do Trindade. Nos casos em que os trabalhadores não pudessem deixar os filhos em casa, haveria, simultaneamente com o espectáculo do Trindade, e também nas instalações da Rua Vitor Gordon, sessões de animação cultural dedicadas às crianças (compreendendo leitura, pintura, representação de marionetes, etc., na base de temática infantil, mas tanto quanto possível relacionada com o espectáculo visto pelos pais. Terminadas as actividades culturais, autocarros da FNAT distribuiriamos trabalhadores e seus familiares pelas diferentes zonas de cidade e arredores, em serviço combinado com os transportes públicos. Todos estes serviços complementares estariam incluídos no preço dos bilhetes de ingresso no Trindade.»

DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL

Se, por um lado, a FNAT prevê a extensão destes Centros Culturais às diferentes regiões do País, levando em consideração as condições objectivas do trabalhador, e organizando, como em Lisboa, um serviço destinado a resolvê-las, por outro lado está empenhada também em levar a cultura ao próprio local em que se encontra o trabalhador.

«Em cada delegação distral da FNAT — continuou um dos nossos entrevistados — haverá pelo menos um animador polivalente, com conhecimentos gerais no cinema, teatro, nas artes plásticas, etc. Este animador funcionaria directamente em colaboração com as colectividades existentes na região, dando apoio técnico e incentivando essas meios de criação. Com vista a estimular a criatividade dos trabalhadores nas suas organizações (grupos de teatro, etc.), realizar-se-iam seminários de formação técnica de animadores vindos das bases, aproveitando para isso os centros de



férias da FNAT.»

Benjamin Marques precisou este aspecto: «O que importa que os mineiros possam constituir, por exemplo, um grupo de teatro amador, e, mais do que isso, elaborar para si uma peça que fale dos seus próprios problemas. O papel da FNAT é fomentar este género de actividades. Fomentá-las e fazê-las circular: a peça dos mineiros de Moncorvo pode e deve ser vista pelos camponeses de Evora, e vice-versa.»

«O nosso papel — acrescentou outro dos elementos da Comissão — é promover e intensificar o intercâmbio de conhecimentos sobre a vida, através da cultura. Para nós, a cultura é uma arma para modificar a vida. Todos as formas de conhecimentos aperfeiçoam o homem para este poder transformar a sua vida. — É deste conceito que parte a reestruturação da FNAT, organismo que pertence aos trabalhadores e tem de ser por eles gerido.»

POR UM TEATRO CONTINENTAL DOS MONOPÓLIOS E CONTRA O MONOPÓLIO DOS TEATROS

A propósito do teatro, aliás, Rogério Paulo interveio para

nos informar acerca da linha seguida pela FNAT, na organização dos seus espectáculos, quer no Trindade, quer itinerantes. «O teatro da Trindade, disse, está aberto a profissionais e amadores, desde que os espectáculos visem realmente despertar o gosto pelo teatro. Mas importa sublinhar que o teatro da Trindade e o programa itinerante da FNAT só estarão abertos àquelas companhias profissionais que sejam independentes e, portanto, representativas de associações de trabalhadores teatrais, momentaneamente as que não têm salas próprias. Dizemos nós, ao menos, que estão nas mãos do monopólio que domina as outras salas de espectáculos. E preciso que fique bem claro, que não estabelecemos qualquer polémica relativamente a orientação das companhias que funcionam debaixo desse monopólio. Simplesmente, enquanto aqui estivermos, na direcção da FNAT, como representantes da Interindustrial, logo, dos trabalhadores, somos contra todos os monopólios (invisíveis, o teatral)».

CINEMA FIXO E CINEMA MÓVEL

Outro sector de actividade sobre o qual nos foram dados esclarecimentos foi o do cinema, que está a cargo de Rui

Tomás dos Santos. «Estamos a trabalhar em duas direcções: um programa de cinema móvel e num programa de cinema fixo — afirmou-nos aquele elemento de Comissão da Reestruturação. O cinema móvel pressupõe a existência de carrinhas devidamente equipadas, que percorrerão o País, a partir de uma divisão em cinco zonas, abrangendo continente e ilhas (atendendo ao critério da facilidade de comunicações). O projecto dos filmes seria o próprio animador cultural. O objectivo deste programa é levar o cinema a locais de difícil acesso onde nem sequer existem salas de espectáculos. Durante o Verão, as sessões realizar-se-iam ao ar livre, na própria praça das aldeias ou das povoações visitadas (por pequenas que fossem)».

«Quanto ao cinema fixo — continuou Rui Tomás dos Santos — desenvolver-se-ia em três fases: na primeira equipar-se-iam as delegações distritais já com instalações próprias. Em cada uma destas delegações haveria um animador que teria a colaboração de militantes sindicalistas locais. Na 2.ª fase, equipar-se-iam as delegações que ainda não têm instalações próprias e na 3.ª fase criar-se-iam postos de projecção de filmes onde os sindicatos e organizações de

trabalhadores o solicitassem e onde a animação cultural o justificasse».

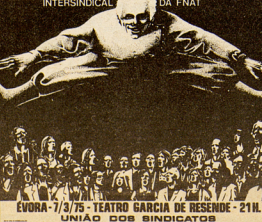
Como funcionarão estas sessões de cinema? Num a modalidade absolutamente inédita entre nós, conforme nos esclareceu este elemento responsável pela reestruturação da FNAT: «As sessões têm de assumir um carácter massivo e sistemático, pois só assim poderão desempenhar uma função de esclarecimento e apelar para a participação dos trabalhadores no processo democrático. Haveria sempre uma apresentação do filme, seguida da sua projecção e de um colóquio. Mas não só: para cada sessão seriam convidados elementos de outros ramos culturais (ligados às artes plásticas, escritores, actores, etc.) que participariam no colóquio. Os problemas que os filmes sugerem seriam tratados por militantes sindicalistas. À margem de cada sessão de cinema, mas nela integrada, haveria toda uma actividade complementar, consistindo em vendas de livros, audições de música grava, e exposições que de uma maneira sistemática integrem o cinema na sociedade, mostrando as ligações e o significado do cinema comercial, nas mãos dos grandes «trusts» internacionais, etc.»

«Para o pleno êxito destas sessões de animação cultural tendo como ponto de partida o cinema — disse-nos ainda Tomás dos Santos — há que desenvolver a participação e a promoção activa dos sindicatos. São o interesse e o apoio destes sindicatos na formação de uma nova cultura que estimule os trabalhadores a uma cada vez maior intervenção no processo revolucionário em curso, sendo difícil pôr em prática este projecto.»

«Mas não apenas no campo do teatro e do cinema que a FNAT vai actuar. Também no campo da maior integração com as artes plásticas, do desporto, há projectos em curso. O turismo social tem igualmente uma nova formulação que torna intimamente ligado à animação cultural. Tudo isto está a ser objecto de um plano estrutural do por parte da comissão de reestruturação daquele organismo, plano esse que irá posteriormente à consideração do Conselho de Ministros. Entretanto, «a avançada» informará do que se seguir, nos sectores que hoje ainda ficaram por abordar.»

COROS E DANÇAS DO CONCELHO CENTRAL DOS SINDICATOS SOVIÉTICOS

ORGANIZADO PELO CONCELHO CENTRAL DOS SINDICATOS SOVIÉTICOS



EVORA - 3/7/75 - TEATRO GARCIA DE RESENDE - 21H. UNIÃO DOS SINDICATOS

COROS E DANÇAS DOS SINDICATOS SOVIÉTICOS

Inaugurando o primeiro voo Moscovo-Lisboa, chegará em a esta cidade o Coro e Danças do Concelho Central dos Sindicatos Soviéticos, que numa organização da Interindustrial, com o apoio da F.N.A.T., vão exhibir-se em várias localidades do País expressamente para os trabalhadores e Povo Português.

Compõem este famoso agrupamento cultural-folclórico elementos das várias regiões de U.R.S.S. e de bilhetes para os espectáculos podem ser adquiridos ao preço único de 2080,00 nos sindicatos, nas uniões e na Interindustrial.

E o seguinte o programa das suas exhibições: Dia 7 — Evora, no Teatro Garcia de Resende, às 21,00 horas; Dia 8 — Santarém, no Pavilhão da Agricultura, às 21,00 horas;

Dia 9 — Santarém, no Pavilhão da Agricultura, às 16 horas;

Dia 10 — Covilhã, no Cine-Teatro, às 21,00 horas;

Dia 11 — Lamego, no Teatro Ribeiro da Cunha, às 21,00 horas;

Dia 12 — Guimarães, no Cine-Teatro Jordão, às 21,00 horas;

Dia 13 — Coimbra, no Teatro Gil Vicente, às 21,00 horas;

Dia 14 — Marinha Grande, no Sporting Club Marinhense, às 21,00 horas;

Dia 15 — Lisboa, no Pavilhão dos Desportos e dedicado às Forças Armadas, às 16 horas. No mesmo Pavilhão, para a população de Lisboa, às 21,30;

Dia 17 — Beja, no Teatro Pax Júlia, às 21,00 horas; Dia 18 — Barreiro, no Pavilhão Gimnodesportivo da CUF, às 21,00 horas;